

PROJETO LEI Nº 0137 DE 17/05/2003

Dispões sobre aumento salarial do funcionalismo público municipal e dá outras providências.

José Ayrton Bezerra, Prefeito Municipal de Monsenhor Hipólito-PI

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

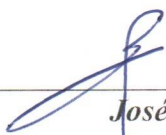
Art. 1º- Fica autorizado o Prefeito Municipal a conceder aumento equivalente de 20(vinte por cento) ao funcionalismo público municipal.

Parágrafo primeiro- o aumento a que se refere o caput do artigo incidirá somente na base inicial até o valor de duzentos reais, equivalente ao salário mínimo em vigor até o mês de março de 2003.


Parágrafo segundo- Esta lei retroagirá seus efeitos em primeiro de abril de 2003.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Monsenhor Hipólito em 17 de maio de 2003



José Ayrton Bezerra
Prefeito Municipal

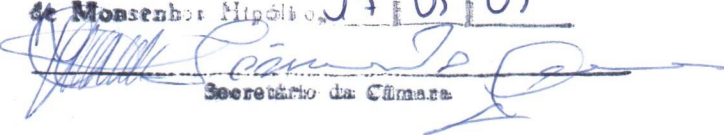
Levado a sessão nesta data, Câmara Municipal Monsenhor Hipólito em 17/05/03


Auxiliar da Câmara

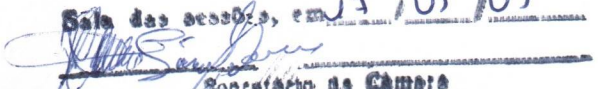
A ORDEM DO DIA DA SESSÃO DE HOJE

Sala das sessões da Câmara Municipal

de Monsenhor Hipólito, 17/05/03



Secretário da Câmara

Aprovado em primeira discussão
por unanimidade
Sala das sessões, em 17/05/03


Secretário da Câmara

A SANSÃO

Sala das sessões em 17/05/03

Edilberto da F. Pereira
Presidente da Câmara

SANCIONADA

Nesta data, 19/05/03

[Signature]
Prefeito Municipal

Promulgada nesta data. Publique - se
Registre - se e cumpra - se, Sala das sessões
em 19/05/03

[Signature]
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um imperativo à busca de minimizar as perdas salariais. Ideal seria que o Município tivesse como repô-las integralmente e conceder aumento real de ganho. Isto contudo, anda longe das possibilidades financeiras do nosso e da imensa maioria dos Municípios e do próprio estado Brasileiro. O Presidente Luís Inácio da Silva concedeu ao funcionalismo público federal um aumento de 1% (um por cento). Se não contasse com a impossibilidade financeira ainda por cima a Constituição só nos permite gastar com pessoal até o limite de 54%.(cinquenta e quatro por cento) da receita. Pagar religiosamente em dia, é a nosso juízo, mais importante de conceder aumento e não poder pagar.



José Ayrton Bezerra
Prefeito Municipal